

HABEAS CORPUS Nº 486.594 - SP (2018/0345993-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : CARLOS FERNANDO MAZZONETTO MESTIERI
ADVOGADO : CARLOS FERNANDO MAZZONETTO MESTIERI - SP315835
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEX SANDER GOMES TELES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALEX SANDER GOMES TELES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, nos autos do HC n. 2271323-23.2018.8.26.0000, indeferiu o pedido de liminar.

Os autos dão conta de que o Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal da Comarca de Sorocaba – DEECRIM 10ª RAJ indeferiu o pedido de saída temporária formulado pelo ora paciente, consignando, para tanto, que (e-STJ fl. 23):

O pedido é improcedente.

Considerando-se que há Portaria deste DEECRIM determinando que as unidades prisionais jurisdicionadas deverão encaminhar a este Departamento, com 15 (quinze) dias de antecedência, lista dos sentenciados que reúnam as condições necessárias para usufruir de saída temporária, e que somente será caso de apreciação judicial acerca de pedidos relativos aos executados preteridos, forçoso o indeferimento do pleito intentado pela Defesa, por falta de interesse.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* com pedido liminar na Corte estadual. Contudo, o pleito liminar foi indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 24/25).

Na presente impetração, a defesa alega, em suma, a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a decisão que indeferiu o pedido de saída temporária carece de fundamentação idônea.

Por isso, requer, mediante a superação do enunciado n. 691 da Súmula do STF, "*que libere o Recluso a fim de gozar da saída temporária natalina desde ano, compreendendo o período entre Natal e Ano Novo, mesmo que já iniciado o período de início da saída*" (e-STJ fl. 9).

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 92/93).

Prestadas informações pela autoridade apontada como coatora, opinou o Ministério Público Federal pela prejudicialidade do *writ* (e-STJ fls. 96/104 e 108/109).

É, em síntese, o relatório.

Conforme consulta ao andamento processual realizada no sítio eletrônico do Tribunal de origem, em 6/2/2018 a Décima Primeira Câmara de Direito Criminal daquela Corte julgou prejudicado o *habeas corpus* lá impetrado.

Desse modo, é forçoso reconhecer a prejudicialidade do presente *writ* pela perda superveniente de seu objeto, tendo em vista o julgamento definitivo do *habeas corpus* na origem.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO PELO TRIBUNAL A QUO. HABEAS CORPUS JULGADO PREJUDICADO.

1. A superveniência do julgamento do mérito do writ originário é causa de prejudicialidade do habeas corpus impetrado contra decisão do Desembargador relator que indeferiu o pedido liminar, porquanto as razões adotadas pelo Tribunal a quo não foram submetidas ao crivo do Superior Tribunal de Justiça.

2. Habeas corpus julgado prejudicado. (HC 347.389/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 21/06/2016, grifei).

Veja-se, ainda, o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

[...] *Não se conhece de habeas corpus impetrado contra indeferimento de liminar por Relator em habeas corpus requerido a Tribunal Superior. Súmula 691. Óbice superável apenas em hipótese de teratologia.*

2. A superveniência de decisão colegiada de Tribunal Superior corresponde a novo ato a desafiar ação própria.

[...]

4. Habeas corpus prejudicado, extinguindo o processo sem resolução do mérito, com a cassação da liminar anteriormente deferida. (HC 103.570, relatora Ministra ROSA WEBER, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/8/2014, grifei).

Ademais, consoante parecer ministerial, "*em que pese os argumentos da defesa, se mostra impossível a concessão da ordem tendo em vista que o período pleiteado para a saída temporária – natal e ano novo de 2018, já se esgotou, não possuindo mais o habeas corpus objeto*" (e-STJ fl. 109).

Tal o contexto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

